

Alta nas concessões do INSS pressiona contas públicas

Concessão de benefício do INSS cresce 12% e pressiona contas

Redução de fila eleva os gastos, mas presidente do órgão crê em corte de R\$ 12 bi

Idiana Tomazelli

BRASÍLIA As investidas do governo para tentar reduzir a fila do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) impulsionaram o volume de novas concessões de benefícios nos últimos meses, o que pressiona gastos federais no curto prazo. Ainda assim, o presidente do órgão, Alessandro Stefanutto, diz à Folha que a economia de R\$ 12,5 bilhões inserida na proposta de Orçamento de 2024 é factível. Para atingi-la, ele aposta no investimento em tecnologia para combater fraudes.

De janeiro a outubro de 2023, foram concedidos 4,86 milhões de benefícios, 11,85% a mais que no mesmo período de 2022. Os indeferimentos caíram 2,89% na mesma comparação.

Assim, o número de beneficiários chegou a 38,9 milhões em outubro. Desse, 33,2 mi recebem benefícios previdenciários, alta de 3,9% em relação ao mesmo mês de 2022.

Outros 5,67 milhões recebem assistência social, que inclui o BPC (Benefício de Prestação Continuada), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda. Na categoria, o total de beneficiários subiu 10,57% em outubro ante igual mês de 2022.

Stefanutto reconhece que a aceleração nas concessões tende a pressionar gastos no curto prazo. Mas ele pondera que o repasse da fila só adia uma despesa certa, já que boa parte dos segurados tem direito efetivo a receber o benefício, mas hoje não o conseguem em tempo razoável.

“Nós não estamos concedendo mais benefícios. Nós estamos concedendo os benefícios no tempo que ele deveria ser concedido”, afirma.

A despesa com benefícios previdenciários em 2023 saltou de R\$ 864,6 bilhões aprovados no Orçamento para R\$ 871,8 bilhões, segundo avaliação feita em novembro. Já o gasto com o BPC passou de R\$ 87,8 bilhões para R\$ 93,7 bilhões.

Embora represente um problema político e social, o repasse da fila foi, em diferentes gestões, um conveniente aliado para a gestão fiscal de curto prazo, uma vez que retarda o aumento nos gastos com a Previdência.

No fim do governo Jair Bolsonaro (PL), a aceleração das concessões gerou embates internos diante da falta de espaço no Orçamento para honrar os benefícios. No fim de 2022, o Executivo precisou recorrer ao TCU (Tribunal de Contas da União) para abrir crédito extraordinário de R\$ 7,5 bilhões, fora do teto de gastos, para os pagamentos.

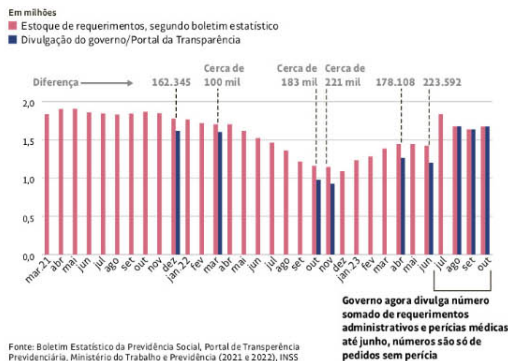
Stefanutto diz que, apesar da pressão evidente sobre as despesas, não há sob o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) qualquer orientação para segurar as concessões, pelo contrário. A pressão interna é para resolver a situação. “Quando eu não pago um benefício no próprio mês, não resolvo [o problema], eu empurro o gasto lá para frente. É quase uma fraude do ponto de vista contábil, fiscal. Agora, tudo leva a crer que a gente vai colocar o gasto no seu devido mês. No começo, tem um aumento [da despesa], mas quando o estoque estabilizar, aí vai ser o gasto real”.

Hoje, o INSS ainda tem mais de 1,6 milhão de pedidos à espera de análise. Ele estima que o órgão ainda ficará até o fim de 2024 organizando o passivo. No futuro, o presidente do órgão avalia que a regularização pode gerar economia para os cofres públicos.

Concessão de benefícios do INSS cresce e pressiona contas públicas

Divergência na fila

Governo Lula afirma que 223 mil pedidos de benefício ficaram 'engatados' indevidamente



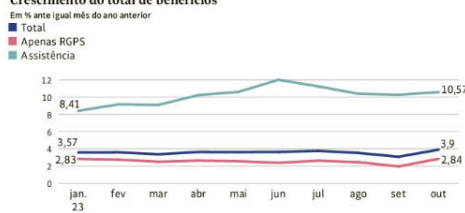
Novas concessões



11,85%

foi o crescimento das concessões de benefícios do RGPS de janeiro a outubro de 2023 ante igual período de 2022. Na assistência, alta é de 13,6%

Crescimento do total de benefícios



Hoje, por causa do acúmulo de tarefas, o INSS chegou a pagar por oito meses um benefício por incapacidade que deveria durar 45 a 90 dias. Os gargalos na análise e, principalmente, nas perícias médicas retardam não só a concessão dessa modalidade, mas também o retorno do segurado ao trabalho.

“Tem estudos que demonstram que o BI [benefício por incapacidade] inicial tem um prazo médio de duração que não supera 90 dias. O problema é que, para alguém que fraturou o pé e está curado com 45, 60 dias, eu acabo fazendo a perícia 7, 8 meses depois”.

Como o INSS precisa garantir o pagamento até a chamada data de cessação (quando o benefício extinto), a fatura fica maior. “O sistema funciona mal, o cidadão sofre com isso, e o INSS gasta mais por essa má gestão que se instalou ao longo de anos”.

Uma das medidas para tentar mitigar esses custos foi o lançamento do Atestmed, plataforma que viabiliza a concessão do benefício por incapacidade (como o auxílio-doença) via análise documental.

O segurado apresenta o pedido de benefício e o atestado médico que são avaliados pelos peritos, com apoio da inteligência artificial. A perícia presencial ficaria reservada para casos em que há dúvida ou suspeita de fraude, ou ainda quando o período concedido sob análise documental atinge 180 dias.

A dispensa da perícia presencial acelerou as concessões, dada a simplificação do processo, o que teve um impacto inicial sobre as despesas. No entanto, como a medida contribuiu para desafogar a fila de perícias, Stefanutto espera que a implementação do Atestmed viabilize a cessação dos benefícios no tempo certo, sem promogções que gerem pagamentos indevidos.

Embora diga que são minoria, o presidente do INSS relata a existência de casos de pessoas que se aproveitam da fila enorme de perícias para agendar a consulta de retorno ao trabalho onde a espera é maior, contando com pagamentos durante esse período.

“Começamos a ter um pouco mais de [vagas de] perícia sobrando. No 135, ligamos pa-

ra as pessoas para antecipar. Uma boa parte sabe o que fala? ‘Não tem que antecipar, não’. Vai ficar recebendo sem fazer nada. Legalmente”, diz. “A maioria não é desobediente, mas algumas acabam marcando em lugares mais esticados”.

Stefanutto avalia que o risco de concessão indevida é minimizado pela IA.

O INSS já identificou, por exemplo, casos como o de uma médica que tinha registros de atestados com três caligrafias distintas, uma delas em documento de hospital no qual ela não trabalha, segundo os dados do CNIS (Cadastro Nacional de Informações Sociais).

“Quem fraudar, for pegado e já receber, nós vamos cobrar. Não tem como pagar? Vai para o cadastro de inadimplente, não consegue fazer nem financiamento nas Casas Bahia”.

A tecnologia, diz Stefanutto, será essencial para cumprir a promessa de poupar R\$ 12,5 bilhões. O governo conta com essa economia para fechar as contas do Orçamento de 2024 e manter espaço para despesas como investimentos.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado **Caderno:** A **Página:** 11